



## PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

8.º CONCURSO PÚBLICO PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## REMOÇÃO

### 002. PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO

#### INSTRUÇÕES

- Este caderno de questões contém um total de 100 questões objetivas.
- Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- Leia cuidadosamente as questões e assinale com caneta esferográfica azul ou preta a alternativa que você considera válida. Para cada questão existe apenas uma resposta correta.
- Responda a todas as questões. Não é permitida a consulta de qualquer natureza.
- A duração da prova é de 4 horas, incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após 2 horas do início da prova. É obrigatória a permanência em sala dos 3 últimos candidatos de cada sala, até que o último deles entregue sua prova.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo destacar esta capa para futura conferência com o gabarito a ser divulgado.
- Não será permitida a permanência nos corredores.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas, incluindo a vedação a qualquer forma de comunicação externa, eletrônica ou não.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

# REMOÇÃO

## 002. PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO

Esta não é a folha de respostas – é gabarito para simples conferência.

01		21		41		61		81	
02		22		42		62		82	
03		23		43		63		83	
04		24		44		64		84	
05		25		45		65		85	
06		26		46		66		86	
07		27		47		67		87	
08		28		48		68		88	
09		29		49		69		89	
10		30		50		70		90	
11		31		51		71		91	
12		32		52		72		92	
13		33		53		73		93	
14		34		54		74		94	
15		35		55		75		95	
16		36		56		76		96	
17		37		57		77		97	
18		38		58		78		98	
19		39		59		79		99	
20		40		60		80		100	

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



3 DE FEVEREIRO DE 1874



422134

## **PODER JUDICIÁRIO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

8.º CONCURSO PÚBLICO PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## **REMOÇÃO**

### **002. PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO**



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### REGISTROS PÚBLICOS

01. Sobre a escritura de inventário extrajudicial, pode-se afirmar que
- (A) qualquer herdeiro pode ser representado por procuração com poderes tácitos.
  - (B) é inadmissível sua utilização para verba decorrente de PASEP do falecido.
  - (C) os documentos apresentados para o ato de lavratura da escritura devem ser em cópia autenticada.
  - (D) é desnecessária autorização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA para lavrar-se a escritura, no caso de herdeiro estrangeiro.
02. Sobre a lavratura de escritura pública, é correto afirmar que
- (A) em ato de interesse de fundação definida como entidade fechada de previdência privada, nos termos da Lei n.º 6.435/77, deve obrigatoriamente comparecer a Curadoria das Fundações.
  - (B) em escritura declarada incompleta, por falta de assinatura de uma das partes, por culpa dela, é devida a metade do valor previsto na tabela.
  - (C) na instituição de direito de superfície em imóvel de valor menor que trinta salários mínimos, é obrigatório o instrumento público.
  - (D) na escritura cujo objeto for bem imóvel urbano objeto de transcrição, ficam dispensadas sua descrição e caracterização.
03. Sobre a procuração, é correto afirmar que
- (A) mandato redigido por notário francês necessita consularização para ser utilizado em escritura pública.
  - (B) procuração outorgada a sociedade de advogados deve conter, como mandatária, a própria pessoa jurídica, com seu registro na OAB.
  - (C) excetuados os casos previstos em lei, o mandato de origem estrangeira utilizado em escritura deverá ser trasladado previamente no Registro de Títulos e Documentos.
  - (D) a informação de ato revocatório de procuração deve ser obrigatoriamente comunicada à serventia que lavrou o ato original, vedada a cobrança do interessado da despesa postal decorrente.
04. Sobre autenticação de cópias, é lícito afirmar que
- (A) o Tabelião, ao autenticar cópias e para fornecer segurança jurídica ao ato praticado, deverá restringir-se à conferência do texto e do aspecto morfológico da escritura.
  - (B) sempre que possível, o instrumento de autenticação deverá constar no verso da cópia, para não prejudicar a legibilidade do documento.
  - (C) em cópias de diversas folhas, que constituam um único documento, o escrevente autorizado poderá apor seu carimbo individualizado apenas na primeira e na última cópias.
  - (D) é excepcionalmente permitida cópia autenticada de conjunto de cópias, desde que estas constituam documento originário.
05. Sobre os livros obrigatórios do Registro de Títulos e Documentos, de acordo com as Normas de Serviço do Extrajudicial, pode-se concluir que
- (A) o livro de registro por extrato é dispensado para as serventias que utilizarem sistema de microfilmagem.
  - (B) no livro de traslado integral de títulos e documentos, quando em folhas soltas, pode ser reservada uma folha para cada registro.
  - (C) os livros terão no máximo trezentas folhas, devendo ter-se o cuidado para que o início de ato que ultrapasse esse limite fique para o livro posterior.
  - (D) é facultado o desdobramento desses livros, mediante autorização do Juiz Corregedor Permanente, adotando-se numeração de protocolo própria para cada um deles.
06. O reconhecimento espontâneo de paternidade, no registro do nascimento, pelo genitor relativamente incapaz, com menos de 18 (dezoito) anos de idade,
- (A) pode ser efetuado sem assistência de seus pais ou tutor.
  - (B) depende da assistência de seus pais ou tutor, mas dispensa autorização judicial.
  - (C) depende de autorização judicial.
  - (D) só pode ocorrer depois de atingida a maioridade.
07. Sobre as declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal, **não** é correto afirmar que
- (A) o registro é feito no lugar de residência do interessado.
  - (B) é dispensada a assinatura das 2 (duas) testemunhas no requerimento de registro, se o registrando tiver menos de doze anos de idade.
  - (C) o Oficial do Registro Civil, se suspeitar da falsidade da declaração, poderá exigir prova suficiente; persistindo a suspeita, o Oficial encaminhará os autos ao Juiz Corregedor Permanente.
  - (D) se o requerimento for formulado, em hipótese que o permita, pelo próprio registrando, o estabelecimento de sua filiação dependerá da anuência dos apontados pais.

08. De acordo com as Normas de Serviço do Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça, o assento de conversão da união estável em casamento é lavrado no
- (A) Livro “B” – de registro de casamento.
  - (B) Livro “B” - Auxiliar – de registro de casamento Religioso para Efeitos Cíveis.
  - (C) Livro “D” – de registro de proclama.
  - (D) Livro “E”.
09. O registro de óbito é feito na circunscrição
- (A) do lugar do falecimento.
  - (B) do último domicílio do falecido.
  - (C) do lugar do falecimento ou daquele do último domicílio do falecido.
  - (D) do lugar do sepultamento.
10. No que concerne ao expediente das serventias notariais e de registro, a jornada de trabalho para atendimento ao público obedecerá ao horário ininterrupto nas unidades que contarem, no mínimo, com
- (A) dois prepostos.
  - (B) dois escreventes.
  - (C) três prepostos.
  - (D) três escreventes.
11. A sentença de interdição
- (A) não é passível de inscrição no registro civil.
  - (B) é averbada no registro de nascimento e de casamento do curador.
  - (C) é registrada no Livro “E”, salvo quando desdobrado, pela natureza dos atos, em livros especiais, do 1.º Subdistrito da sede da Comarca e anotada no assento de nascimento e de casamento do interdito.
  - (D) é averbada no registro de nascimento e de casamento do interdito.
12. Quando o declarante do registro de nascimento não indicar o nome completo da criança, o Oficial
- (A) fará constar do registro apenas o prenome do registrado.
  - (B) lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai e, na falta, o da mãe.
  - (C) prorrogará o prazo da declaração por 45 (quarenta e cinco) dias.
  - (D) submeterá o caso por escrito à decisão do juízo competente.
13. Assinale a alternativa **incorreta** sobre a adoção de criança e de adolescente.
- (A) O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado.
  - (B) A inscrição consignará o nome dos adotantes como pais, omitindo-se os nomes e prenomes dos avós paternos e maternos.
  - (C) A pedido do adotante, o novo registro poderá ser lavrado perante o Oficial de Registro Civil do Município de sua residência.
  - (D) A sentença conferirá ao adotado o nome do adotante e, a pedido de qualquer deles, poderá determinar a modificação do prenome.
14. O Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais pode, de ofício, após manifestação conclusiva do Ministério Público,
- (A) averbar o nome abreviado, usado como firma comercial registrada ou em qualquer atividade profissional.
  - (B) averbar a alteração do nome em razão de fundada coação ou ameaça decorrente de colaboração com a apuração de crime.
  - (C) averbar o nome de família do padrasto ou da madrasta, desde que haja expressa concordância destes, no registro de nascimento do enteado ou da enteada.
  - (D) corrigir os erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata da necessidade de sua correção.
15. Os Notários e os Oficiais de Registro estão sujeitos, pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa, à pena de suspensão por
- (A) 30 (trinta) dias.
  - (B) 60 (sessenta) dias, prorrogável por mais 30 (trinta).
  - (C) 90 (noventa) dias, prorrogável por mais 30 (trinta).
  - (D) 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por mais 30 (trinta).
16. Para o protesto, conforme previsto nas Normas de Serviço do Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça, é obrigatória a comprovação do endereço do emitente, pelo apresentante, se apresentado o cheque mais de
- (A) 6 (seis) meses após a sua emissão.
  - (B) 1 (um) ano após a sua emissão.
  - (C) 2 (dois) anos após a sua emissão.
  - (D) 5 (cinco) anos após a sua emissão.

17. A respeito da Declaração Sobre Operações Imobiliárias (DOI), pode-se afirmar que

- (A) os Tabeliães de Notas e Oficiais de Registro de Imóveis e de Títulos e Documentos estão obrigados a fazer comunicação à Receita Federal do Brasil dos documentos lavrados e registrados em suas serventias e que caracterizem aquisição ou alienação de imóveis, realizada por pessoa física ou jurídica, independentemente de seu valor, exceto quando tiver origem em título por autoridade judicial (adjudicação, herança, legado ou meação).
- (B) será considerado valor da operação imobiliária o que serviu de base para o cálculo do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI ou do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens e Direitos – ITCMD.
- (C) os Oficiais de Registro de Imóveis ficam dispensados de preencher a DOI quando a transferência do imóvel se der por usucapião.
- (D) o preenchimento da DOI deverá ser feito pelo Oficial do Registro de Títulos e Documentos, quando promover registro de documentos que envolvam alienações de imóveis celebradas por instrumento particular, fazendo constar do respectivo documento a expressão “EMITIDA A DOI”.

18. Assinale a alternativa correta sobre arrolamento fiscal no registro de imóveis.

- (A) O arrolamento fiscal de bens será registrado no Livro de Registro das Indisponibilidades (LRI) e averbado nas matrículas onde o arrolado figure como titular de domínio.
- (B) Seu ingresso no Registro de Imóveis depende de mandado judicial contendo todos os elementos necessários.
- (C) Destina-se a produzir efeito de publicidade registral, porém não impede eventual alienação ou oneração dos bens arrolados.
- (D) Poderá ser adotado sempre que houver fundado receio de extravio ou de dissipação de bens e será requerido por quem tiver interesse na conservação deles.

19. Sobre locação de prédios urbanos, pode-se afirmar que

- I. os contratos de locação são registrados no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros, sem prejuízo de serem também levados ao registro imobiliário, quando consignada cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada;
  - II. os contratos de locação nos quais tenha sido consignada cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada serão registrados na matrícula do imóvel, mediante apresentação de qualquer das vias do contrato, assinado pelas partes e subscrito por duas testemunhas, bastando a coincidência entre o nome de um dos proprietários e o do locador;
  - III. a base de cálculo dos emolumentos do Registro de Imóveis em relação aos contratos de locação com prazo determinado será o valor da soma dos alugueres mensais. Se o prazo for indeterminado, tomar-se-á o valor de 12 alugueres mensais.
- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
  - (B) Apenas a afirmativa I está correta.
  - (C) Apenas a afirmativa II está correta.
  - (D) Apenas a afirmativa III está incorreta.

20. Sobre certidão digital expedida pelo Oficial de Registro de Imóveis, em atendimento à solicitação feita na Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados da Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (ARISP), pode-se afirmar que

- I. a certidão digital solicitada durante o horário de expediente, com indicação do número da matrícula ou do registro no livro 3, será emitida e disponibilizada dentro de, no máximo, duas horas úteis, e poderá ser remetida ao interessado por correio eletrônico (e-mail), desde que este esteja assinado com Certificado Digital Padrão ICP-Brasil A-3, ou superior;
  - II. a certidão digital solicitada durante o horário de expediente, com indicação do número da matrícula ou do registro no livro 3, será emitida e disponibilizada dentro de, no máximo, duas horas úteis, e ficará disponível para download pelo requerente pelo prazo mínimo de 30 dias, vedada a remessa ao interessado por correio eletrônico (e-mail);
  - III. a certidão digital solicitada durante o horário de expediente, com indicação do número da matrícula ou do registro no livro 3, será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório, conforme quesitos, e devidamente autenticada pelo oficial ou seus substitutos legais, não podendo ser retardada por mais de 5 (cinco) dias, e ficará disponível para download pelo requerente pelo prazo mínimo de 30 dias;
  - IV. a postagem, o download e a conferência das mencionadas certidões em documentos eletrônicos far-se-ão apenas no endereço da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados referida, vedadas as suas remessas, pelo Oficial do Registro de Imóveis, por correio eletrônico (e-mail).
- (A) Todas as afirmativas estão incorretas.
  - (B) Apenas a afirmativa I está correta.
  - (C) Apenas a afirmativa II está correta.
  - (D) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.

- 21.** Com relação à escrituração do livro Registro Diário da Receita e da Despesa, pode-se afirmar que
- ao final do ano, será feito o balanço, indicando-se a receita, a despesa e o líquido mês a mês, apurando-se, em seguida, a renda líquida ou o “déficit” de cada unidade do serviço notarial e de registro no exercício, que deverá ser assinado por contador ou técnico em contabilidade, devidamente inscrito no respectivo Conselho Regional de Contabilidade (CRC);
  - o livro Registro Diário da Receita e da Despesa será escriturado pelo notário ou registrador ou por seu substituto legal, sendo pessoal a sua responsabilidade, ainda que a tarefa seja entregue a outro preposto;
  - a receita será lançada no livro Registro Diário da Receita e da Despesa no dia da prática do ato, mesmo que o delegado do serviço notarial e de registro não tenha ainda recebido os emolumentos;
  - nos casos em que se admitir depósito prévio, este deverá ser provisoriamente escriturado no livro de Registro Diário da Receita e da Despesa, para o controle dessas importâncias recebidas a esse título, até que sejam os depósitos convertidos em pagamento dos emolumentos, ou devolvidos, conforme o caso.
- (A) Todas as afirmativas estão corretas.  
(B) Somente a afirmativa II está correta.  
(C) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.  
(D) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- 22.** O Protocolo do Registro de Imóveis será encerrado
- diariamente.
  - semanalmente.
  - no último dia útil de cada mês.
  - quando esgotada a última folha do respectivo livro, admitindo-se a continuidade de folhas até o encerramento do expediente.
- 23.** Sobre o selo de autenticidade, pode-se afirmar o seguinte:
- É obrigatória a aplicação de um selo de autenticidade o qual integrará a forma dos atos de autenticação de cópias de documentos, de reconhecimento de firmas e de certidões.
  - Os documentos eletrônicos receberão selo eletrônico, no modelo previamente aprovado pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.
  - A contratação da distribuição e da fabricação de selos constitui encargo do Colégio Notarial do Brasil – Seção de São Paulo e da Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo – ANOREG-SP, que deverão escolher empresas especializadas para tanto, desde que preenchidos os requisitos de segurança e idoneidade. A escolha das empresas fabricantes será submetida à homologação da Corregedoria Geral da Justiça, apenas para a verificação dos requisitos acima assinalados.
- (A) Todas as afirmativas estão corretas.  
(B) Todas as afirmativas estão incorretas.  
(C) Apenas a afirmativa I está correta.  
(D) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- 24.** Extinguir-se-á a delegação a Notário ou a Oficial de Registro por
- morte, aposentadoria facultativa e aposentadoria compulsória por implemento de idade;
  - aposentadoria facultativa, invalidez e renúncia;
  - perda da delegação, em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de decisão final decorrente de processo administrativo instaurado pelo juízo competente;
  - descumprimento, comprovado, dos benefícios da gratuidade decorrente de assistência judiciária gratuita decretada em autos judiciais.
- (A) Todas as afirmativas estão corretas.  
(B) Somente as afirmativas I e II estão corretas.  
(C) Somente as afirmativas II e III estão corretas.  
(D) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
- 25.** Para prestação dos serviços de pesquisa online para a localização de bens imóveis, bem como de visualização eletrônica de matrículas imobiliárias, as unidades de registro imobiliário do Estado de São Paulo
- integram a Base de Dados Light (BDL) da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados da Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (Central ARISP), ou utilizam solução de comunicação via Webservice com a Central ARISP, ou publicam sua página na Internet, oferecendo esses serviços;
  - diariamente, a base de dados deverá ser atualizada pelas Serventias que não optaram por solução de comunicação via Webservice, que se obrigam a depositar os dados e imagens nos repositórios eletrônicos da Central ARISP até as vinte e quatro horas de cada dia útil;
  - as requisições e as pesquisas no Portal Ofício Eletrônico para localização de bens imóveis são feitas, exclusivamente, a partir do número de contribuinte da pessoa física (CPF) ou jurídica (CNPJ);
  - as requisições e as pesquisas no Portal Ofício Eletrônico para localização de bens imóveis são feitas a partir do nome ou do número de contribuinte da pessoa física (CPF), ou da firma ou denominação social, ou do número de contribuinte da pessoa jurídica (CNPJ).
- São corretas apenas as afirmativas
- (A) I, II e III.  
(B) I, II e IV.  
(C) I e III.  
(D) II e III.
- 26.** As Cédulas de Crédito Rural, Cédulas de Crédito Industrial, Cédulas de Crédito Comercial, Cédulas de Crédito à Exportação e Cédulas do Produto Rural deverão ser registradas, a contar da apresentação do título, no prazo máximo de
- 5 (cinco) dias úteis.
  - 3 (três) dias úteis.
  - 15 (quinze) dias.
  - 10 (dez) dias.

27. Sobre atos societários envolvendo imóveis, pode-se afirmar o seguinte:
- Os atos de transferência de imóveis para empresas comerciais, decorrentes de integralização de quota de capital social, serão objeto de registro.
  - Os atos de transferência de imóveis, decorrentes de fusão ou cisão de empresa, serão objeto de registro.
  - Os atos de transferência de imóveis, decorrentes de incorporação total de empresa, serão objeto de registro.
  - A alteração do nome ou denominação social das pessoas jurídicas e a transformação do tipo societário serão objeto de averbação.
- (A) Todas as afirmativas estão corretas.  
(B) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.  
(C) Somente as afirmativas II e III estão corretas.  
(D) Todas as afirmativas estão incorretas.
28. Na celebração de casamento civil, o Oficial do Registro Civil deverá observar o seguinte:
- Quando o casamento for celebrado na própria Unidade de Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, as portas devem estar abertas e presentes, pelo menos, 2 (duas) testemunhas, parentes ou não dos contraentes.
  - Quando o casamento for celebrado em casa particular, ficará esta de portas abertas durante o ato e, caso algum dos contraentes não saiba escrever, serão 3 (três) as testemunhas.
  - Se algum dos nubentes não puder comparecer ao ato, poderá ser representado por pessoa devidamente autorizada, mediante declaração feita por instrumento público ou particular; neste caso, no original, com reconhecimento de firma por autenticidade.
- (A) Todas as afirmativas estão corretas.  
(B) Somente as afirmativas I e II estão corretas.  
(C) Somente a afirmativa I está correta.  
(D) Todas as afirmativas estão incorretas.
29. O Oficial do Registro Civil das pessoas naturais deverá anotar o óbito
- (A) nos assentos de casamento e nascimento do falecido.  
(B) nos assentos de casamento e nascimento e na Carteira de Trabalho e Previdência Social do falecido; esta, facultativamente, quando for apresentada pelo declarante.  
(C) nos assentos de casamento e nascimento, nas procurações eventualmente outorgadas na mesma unidade de serviço e na Carteira de Trabalho e Previdência Social do falecido; esta, facultativamente, quando for apresentada pelo declarante.  
(D) nos assentos de casamento e nascimento, nas procurações eventualmente outorgadas na mesma unidade de serviço, na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e no Certificado de Alistamento Militar (CAM) do falecido; estes, facultativamente, quando forem apresentados pelo declarante.
30. A transcrição de penhor comum sobre coisas móveis e contrato de parceria agrícola ou pecuária será feita no
- (A) Registro de Títulos e Documentos ou Registro Imobiliário, a depender do objetivo do interessado.  
(B) Registro Imobiliário.  
(C) Registro Civil de Pessoas Jurídicas.  
(D) Registro de Títulos e Documentos.
31. Dúvida é
- (A) pedido de natureza administrativa, formulado pelo Oficial, a requerimento do apresentante de título imobiliário, para que o Juiz competente decida sobre a legitimidade de exigência feita, como condição de registro pretendido.  
(B) pedido de natureza administrativa, formulado pelo interessado no registro do título, para que o Oficial esclareça as exigências por ele feitas.  
(C) pedido de natureza judicial, formulado pelo Oficial, direta e unilateralmente, ao Juiz competente, para que este decida acerca da legitimidade das exigências que fez, como condição de registro pretendido.  
(D) pedido de natureza judicial, pelo qual o interessado em registro de título dirige-se ao Juiz competente para que este decida acerca de exigências feitas pelo Oficial, como condição de registro pretendido.
32. No processo de dúvida,
- (A) em entendendo necessário, poderá o Juiz Corregedor Permanente determinar a produção de provas, inclusive testemunhal e pericial.  
(B) não se produzem provas, verificando-se apenas o aspecto regulamentar dos registros públicos.  
(C) somente será julgada por sentença se o interessado apresentar impugnação no prazo legal.  
(D) cabe ao Oficial a interposição de recurso de apelação, junto à Corregedoria Geral da Justiça, em sendo julgada improcedente a dúvida por ele suscitada.
33. Os registros disciplinados pela Lei de Registros Públicos (LRP) são:
- (A) civil de pessoas naturais, Juntas Comerciais, de títulos e documentos e de imóveis.  
(B) civil de pessoas naturais, de títulos e documentos, de imóveis e protestos.  
(C) civil de pessoas naturais, civil de pessoas jurídicas, de títulos e documentos e de imóveis.  
(D) civil de pessoas naturais, civil de pessoas jurídicas, títulos e documentos, protestos e imóveis.

34. “No Brasil tivemos, até hoje, 8 (oito) Constituições: 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969 e 1988, muito embora alguns autores não considerem a emenda constitucional de 1969 como uma nova Constituição”. O texto
- (A) está totalmente incorreto.
- (B) está totalmente correto.
- (C) está correto só quanto às datas, estando incorreto quanto à ressalva sobre a emenda constitucional de 1969.
- (D) apresenta conteúdo que se baseia na doutrina do constitucionalista italiano Máximo Saleme, já superada. Só as datas estão corretas.
35. “O princípio da igualdade admite discriminações que podem ser, portanto, lícitas. Mas, para ser lícita, a discriminação deve ser genérica e fundamentada.” O raciocínio em foco está
- (A) totalmente equivocado.
- (B) parcialmente correto. Está incorreta a parte que afirma a necessidade de a discriminação ser genérica.
- (C) totalmente correto.
- (D) parcialmente correto. É algo que já existiu, mas não existe mais, eis que se trata de raciocínio tipicamente totalitário, já superado em nosso ordenamento jurídico e também em nossa doutrina.
36. Assinale a alternativa cujo conteúdo traz somente elementos integrantes do princípio do devido processo legal.
- (A) Ampla defesa; vedação a tribunais de exceção e direito de petição.
- (B) Inocência presumida; direito ao contraditório e direito de perícia.
- (C) Direito de petição; argumentação imediata; decisões judiciais devem ser fundamentadas.
- (D) Exclusividade de julgamento por autoridade competente; direito plenipotenciário; vedação a tribunais de exceção.
37. Como se sabe, os direitos fundamentais experimentaram uma evolução ao longo do tempo, constituindo as chamadas gerações de direitos. Neste sentido, assinale a alternativa que **não exprime** a verdade.
- (A) Direitos fundamentais de primeira geração são chamados de direitos negativos em relação ao poder estatal.
- (B) Direitos fundamentais de segunda geração são direitos sociais, econômicos e culturais.
- (C) Direitos fundamentais de terceira geração possuem um viés mais coletivo e subjetivo, como direito à paz, a um meio ambiente sadio ou à comunicação.
- (D) Direitos fundamentais de primeira e segunda geração foram contemplados, pela primeira vez, na *Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão*, de 1789, na França.
38. “O Poder Legislativo Federal brasileiro é do tipo bicameral-federativo, sendo composto de duas casas legislativas, sendo uma delas composta por representantes do povo brasileiro, chamada Câmara, e a outra por representantes dos Estados e do Distrito Federal, denominada Senado.” Pode-se dizer que o conteúdo do texto está
- (A) totalmente incorreto.
- (B) parcialmente correto. Não é apenas o poder legislativo federal que se organiza dessa forma. Os estados-membros também estruturam seus poderes legislativos da mesma maneira.
- (C) parcialmente correto. O Senado também tem a função constitucional de representar o povo brasileiro, a partir do momento em que são escolhidos por voto popular, livre e secreto.
- (D) totalmente correto.
39. Cada um dos itens seguintes traz duas afirmações. Leia-as e depois indique qual alternativa oferece a resposta correta.
- I. Os magistrados adquirem vitaliciedade após dois anos de exercício no cargo, seja em que instância for, e a inamovibilidade dos juizes pode ser excepcionada pelo interesse público, nos termos do artigo 93, VII, da Constituição Federal.
- II. O ingresso na carreira de juiz será feito mediante concurso público, e um dos requisitos impostos aos candidatos, além da formação em direito, é o exercício prévio de atividade jurídica por, pelo menos, três anos, e a irreduzibilidade de subsídios torna os juizes imunes à tributação por meio do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- III. O juiz titular deverá residir na respectiva comarca, mas tal disposição poderá ser alterada pelo tribunal competente e não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal.
- (A) O item I traz uma primeira afirmação correta e uma segunda afirmação incorreta.
- (B) A primeira afirmação do item II deve ser lida em conjunto com a segunda afirmação do item I, e ambas estão incorretas.
- (C) O item III está completamente correto.
- (D) A segunda afirmação do item II deve ser lida em conjunto com a primeira afirmação do item III, e ambas estão corretas.
40. Com relação aos limites para a auto-organização dos municípios, a Constituição Federal fixou a regra pela qual
- (A) o número de vereadores deve ser proporcional ao eleitorado do município.
- (B) o prefeito é sempre julgado pelo Tribunal de Justiça Estadual competente, mesmo quando se tratar de crime de competência da justiça federal.
- (C) o município pode gastar, no máximo, 5% (cinco por cento) de sua receita com a remuneração dos vereadores.
- (D) é de 5% do eleitorado municipal o *quorum* para a propositura de lei que vise a atender interesse do próprio município, de bairro ou de distrito contíguo.

41. Relativamente à composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é correto afirmar que
- (A) dois advogados serão indicados por dois estados da federação, havendo rotatividade entre os estados na indicação a cada novo mandato.
  - (B) um juiz do trabalho será indicado por um Tribunal Regional do Trabalho (TRT), havendo rotatividade entre os TRT's na indicação a cada novo mandato.
  - (C) um desembargador de tribunal de justiça será indicado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).
  - (D) dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados, e outro pelo Senado Federal.

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

42. Quanto ao poder disciplinar da Administração Pública, é correto afirmar:
- (A) A aplicação conjunta de punição disciplinar e criminal resulta em *bis in idem*.
  - (B) As penas decorrentes das punições disciplinar e criminal têm a mesma natureza jurídica.
  - (C) O poder disciplinar está vinculado à prévia definição da lei sobre a infração funcional e a respectiva punição.
  - (D) Os atos administrativos disciplinares são praticados de acordo com a conveniência e oportunidade, sem motivação.
43. Analise as proposições a seguir.
- I. Toda alienação de bem público depende de lei autorizadora, de licitação e de avaliação da coisa a ser alienada, contudo, se incompatível com a natureza do contrato, há a inexigibilidade dessas formalidades.
  - II. A formalização da Investidura de uma área pública se faz, obrigatoriamente, por escritura pública ou termo administrativo, sendo facultado o registro imobiliário.
  - III. Os bens imóveis de uso especial e os dominiais adquiridos de qualquer forma pelo Poder Público ficam sujeitos ao registro imobiliário.
  - IV. Os bens de uso comum do povo estão dispensados de registro enquanto mantiverem essa destinação.
- São verdadeiras apenas as proposições
- (A) I e II.
  - (B) I e III.
  - (C) III e IV.
  - (D) I, III e IV.

44. Sobre desapropriação, analise as assertivas a seguir.
- I. A desapropriação por zona consiste na ampliação da expropriação às áreas que se valorizem extraordinariamente em consequência da realização da obra ou do serviço público.
  - II. A desapropriação para fins de reforma agrária deve ser feita mediante prévia e justa indenização em dinheiro.
  - III. Nas desapropriações por utilidade pública, o termo inicial para o prazo de caducidade da declaração emitida pelo Poder Público é de dois anos contados da data da expedição do respectivo direito.
  - IV. A desapropriação de imóvel urbano que não esteja cumprindo a sua função social é de competência do Poder Público Municipal.
  - V. A desapropriação é um procedimento administrativo que se realiza em duas fases: declaratória e executória.
- (A) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.
  - (B) Apenas as assertivas IV e V estão corretas.
  - (C) Apenas as assertivas II, III e IV estão incorretas.
  - (D) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
45. Assinale a alternativa correta no que diz respeito à responsabilidade civil do Estado.
- (A) Praticado ato comissivo por parte do agente estatal, a Administração Pública responderá objetivamente, de modo que, para ser ressarcida, a vítima deverá comprovar o nexo de causalidade entre o fato lesivo e o dano.
  - (B) Será objetiva, com a adoção da teoria do risco integral.
  - (C) Será sempre objetiva, mesmo que, posteriormente, se apure a culpa da vítima na ocorrência do evento danoso.
  - (D) A Administração Pública, condenada ao pagamento de indenização por determinado fato jurídico, não poderá ajuizar a correspondente ação regressiva contra o servidor público que causou o dano, porquanto a mencionada ação somente seria possível, segundo a doutrina administrativista, em face dos agentes políticos.
46. Assinale a assertiva **incorreta**.
- (A) A análise do mérito do ato administrativo pelo Poder Judiciário caracteriza ofensa ao princípio da independência e separação dos poderes.
  - (B) O mérito administrativo recai sobre o motivo e o objeto/finalidade do ato administrativo discricionário.
  - (C) Quando o vício do ato administrativo se encontra dentro dos limites do mérito administrativo, a Administração Pública deve anulá-lo.
  - (D) Dá-se o nome de autotutela ao poder-dever que tem a Administração Pública de anular ou revogar seus próprios atos, ilegais ou inconvenientes.

47. Assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O Poder Legislativo poderá exercer o controle do mérito dos atos administrativos nos casos de criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b, da Constituição Federal.
- (B) Enquanto a oportunidade e a conveniência do ato administrativo somente podem ser controladas pela própria Administração Pública, a eficiência e o resultado do ato podem ser submetidos ao controle externo.
- (C) O Poder Judiciário pode analisar a legalidade dos atos administrativos puramente discricionários.
- (D) Apenas o ato administrativo vinculado pode ser anulado pelo Poder Judiciário; o discricionário deverá ser revogado.

48. Sobre os agentes públicos, é lícito afirmar que

- (A) o exame psicotécnico em concurso para cargo público pode ser instituído pelo edital.
- (B) a nomeação de primo para cargo em comissão não ofende diretamente o texto da Súmula Vinculante 13 do STF, que veda o nepotismo.
- (C) o salário-base do servidor público não pode ser inferior ao salário-mínimo.
- (D) a falta de defesa técnica, por advogado, em processo administrativo disciplinar, torna inválido todo o procedimento.

49. Sobre o ato administrativo, pode-se afirmar que

- (A) ato de competência exclusiva, avocado e praticado por autoridade superior, caracteriza situação de excesso de poder.
- (B) a presunção de exigibilidade do ato administrativo autoriza fechar-se estabelecimento inadimplente com o fisco.
- (C) a concessão de licença para construir pode ser condicionada à emissão de certidão negativa de débito relativa ao imóvel.
- (D) a revogação de ato administrativo complexo pode ser realizada, bastando que um dos órgãos envolvidos manifeste sua aquiescência.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

50. Sobre o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, pode-se afirmar que

- (A) não incide sobre a transmissão onerosa de contrato preliminar.
- (B) não incide sobre a constituição do direito do promissário comprador.
- (C) o seu lançamento é de ofício, com base no valor da operação.
- (D) lei municipal pode prever alíquotas progressivas com base no valor do imóvel.

51. Com relação à Declaração Sobre Operações Imobiliárias – DOI, é lícito afirmar que

- (A) a multa por atraso no seu envio foi criada em instrução normativa da Receita Federal do Brasil.
- (B) se trata de obrigação acessória, mas que pode se tornar tributo, pelo simples fato de sua inobservância.
- (C) seu sujeito passivo é o adquirente do bem imóvel objeto da transação imobiliária.
- (D) não deve ser enviada em escritura de renúncia de usufruto.

52. Sobre o Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD, é possível concluir que

- (A) sua alíquota máxima é fixada em decreto legislativo.
- (B) não incide em inventário por morte presumida devido à possibilidade de o ausente reaparecer.
- (C) segundo a lei paulista, não incide sobre a vintena do testamentário, desde que estipulada até o limite legal.
- (D) é devido ao Estado da sede da companhia, no caso de transferência de ações.

53. Sobre emolumentos cobrados pelos oficiais e notários pelos atos praticados, de acordo com a Lei Paulista n.º 11.331/2001, é correto afirmar que

- (A) o Banco Central do Brasil não paga a parcela de emolumentos devida ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça.
- (B) a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP é isenta do pagamento da parcela de emolumentos devida ao Estado.
- (C) a Universidade de São Paulo – USP apenas paga a parcela dos emolumentos devida ao notário/tabelião.
- (D) a Prefeitura Municipal de Campinas não paga qualquer quantia a título de emolumentos nos atos notariais.

54. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios

- (A) exigir ou aumentar tributo desde que haja previsão em lei que o estabeleça.
- (B) instituir tratamento igual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.
- (C) cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos após o início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado, no exercício financeiro subsequente àquele em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou ou após decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (D) cobrar tributos sobre o patrimônio, renda ou serviços das autarquias e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

#### DIREITO CIVIL

55. No que tange ao casamento nupcial, assinale a alternativa correta.

- (A) O ato nupcial é celebrado na presença de seis testemunhas, parentes ou não dos contraentes.
- (B) O nubente que não estiver em iminente risco de vida poderá fazer-se representar.
- (C) Nele, um dos nubentes está acometido de moléstia grave que o impede de locomover-se ou aguardar a data da celebração futura.
- (D) É exigida a presença do Oficial do Registro Civil.

56. A adoção póstuma

- (A) assegura todos os vínculos originados da adoção, salvo os referentes ao direito sucessório, pois os efeitos da adoção póstuma só se operam após o trânsito em julgado da sentença constitutiva da adoção.
- (B) não é permitida no ordenamento jurídico pátrio.
- (C) poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do processo de adoção, antes de prolatada a sentença.
- (D) é concedida após a morte do adotando, ocorrida no curso do procedimento de adoção, antes de prolatada a sentença.

57. No regime da participação final nos aquestos,

- (A) o direito à meação é penhorável na vigência do regime matrimonial.
- (B) a administração dos bens móveis e imóveis que integram o patrimônio próprio é exclusiva de cada cônjuge, que os poderá livremente alienar.
- (C) à época da dissolução do vínculo conjugal, cada cônjuge tem direito à metade dos bens adquiridos pelo casal a título oneroso ou gratuito, na constância do casamento.
- (D) integram o patrimônio próprio os bens que cada cônjuge possuía ao casar e os por ele adquiridos, a qualquer título, na constância do casamento.

58. Na hipótese de renúncia à herança,

- (A) os credores do herdeiro renunciante não poderão aceitá-la em nome do renunciante.
- (B) os descendentes do herdeiro renunciante poderão participar da sucessão por direito de representação.
- (C) o renunciante será privado da administração e usufruto dos bens que em razão da renúncia venham eventualmente a tocar a seus filhos menores.
- (D) os descendentes do herdeiro renunciante poderão vir a herdar por direito próprio e por cabeça, se o renunciante era o único de sua classe.

59. O prelegatário ou legatário precípua é

- (A) o legatário que foi aquinhado com o legado de maior valor.
- (B) a pessoa que reúne a condição de herdeiro legítimo e legatário.
- (C) aquele que recebe legado de usufruto.
- (D) o indivíduo que figura no testamento como único legatário.

60. Quando o intérprete se defrontar com a necessidade de preencher lacuna da lei, de modo a proceder à aplicação de uma norma existente, destinada a reger caso semelhante, é correto afirmar que há

- (A) interpretação extensiva.
- (B) aplicação do direito alternativo.
- (C) analogia *juris*.
- (D) analogia *legis*.

61. No sistema de defesa do consumidor, a aplicabilidade de suas normas
- (A) estará adstrita aos ditames do Código de Defesa do Consumidor.
  - (B) veda, expressamente, a inserção de todas as normas do Código Civil, porquanto estranhas ao sistema.
  - (C) exclui a eficácia de todos os tratados internacionais, com fundamento na premissa de que a defesa do consumidor é considerada direito fundamental.
  - (D) permite a absorção de normas elencadas no ordenamento jurídico brasileiro, desde que mais favoráveis ao consumidor, em sede de relação de consumo.
62. Na teoria geral dos negócios jurídicos, no âmbito dos elementos gerais extrínsecos, emergem as figuras do agente, lugar e tempo. Tais elementos referem-se ao plano da
- (A) eficácia do negócio jurídico.
  - (B) pós-eficácia do negócio jurídico.
  - (C) existência do negócio jurídico.
  - (D) validade do negócio jurídico.
63. Nas obrigações solidárias passivas, sob o aspecto interno, ou seja, na relação entre os co-devedores, a obrigação é
- (A) fracionária.
  - (B) alternativa.
  - (C) solidária.
  - (D) conjunta.
64. Um usuário de transporte aéreo sofreu intoxicação alimentar derivada de refeição fornecida a bordo da aeronave, por empresa de *catering*, diversa da companhia aérea. Neste caso, é correto afirmar que houve
- (A) fato exclusivo da vítima, que exclui o dever de indenizar.
  - (B) fortuito interno, inescusável, porquanto atrelado ao risco da atividade empreendida pelo transportador.
  - (C) fato exclusivo de terceiro (empresa de *catering*), excludente válida da responsabilidade do transportador.
  - (D) fortuito externo, já que se tratou de fato estranho à atividade do transportador, bem como aos riscos do transporte aéreo.
65. Na teoria do enriquecimento sem causa, como fonte da obrigação,
- (A) o deslocamento patrimonial indevido não implica necessariamente que deverá haver empobrecimento de outrem.
  - (B) o caráter desproporcional terá de evidenciar deslocamento excessivo.
  - (C) exige-se deslocamento patrimonial indevido e necessário empobrecimento da outra parte.
  - (D) se a lei conferir outros meios para o lesado ressarcir-se do prejuízo sofrido, estes serão sempre subsidiários em relação ao enriquecimento sem causa, que emergirá como fonte principal.
66. Na teoria geral dos contratos, a denominada frustração do fim do contrato, que torna a prestação inútil, tem guarida no princípio da(o)
- (A) autonomia privada.
  - (B) boa-fé objetiva.
  - (C) equilíbrio econômico.
  - (D) função social do contrato.
67. O denominado exercício inadmissível de posições jurídicas, abrangendo o *venire contra factum proprium, tu quoque, suppressio e surrectio*, coaduna-se com o princípio do(a)
- (A) equilíbrio econômico.
  - (B) boa-fé objetiva.
  - (C) função social do contrato.
  - (D) autonomia privada.
68. No contrato de fiança, se o fiador exige do devedor outro fiador para o caso em que venha exercer seu direito regressivo, é correto afirmar que há
- (A) subfiança.
  - (B) co-fiança.
  - (C) retrofiança.
  - (D) ineficácia do ato, à luz de interpretação restritiva do instituto.
69. O depósito necessário que se efetua por ocasião de alguma calamidade, como o incêndio, a inundação ou o naufrágio ou o saque, corresponde ao
- (A) depósito miserável.
  - (B) depósito do hospedeiro.
  - (C) depósito legal.
  - (D) depósito irregular.

70. O constituto possessório e a *traditio longa manu* referem-se à

- (A) tradição efetiva.
- (B) tradição consensual.
- (C) tradição simbólica.
- (D) tradição ficta.

71. No regime da descoberta, uma vez encontrado o bem, é correto afirmar que

- (A) qualquer que seja o valor, não há nenhuma obrigação de restituição, seguindo-se o brocardo popular de que “achado não é roubado”.
- (B) se de pequeno valor, desconhecendo-se o dono, a lei legitima a posse e domínio do descobridor.
- (C) cumpre ao descobridor devolvê-lo ao seu verdadeiro proprietário ou possuidor, por determinação legal. Se não o encontrar, deverá entregá-lo à autoridade competente, fazendo jus à recompensa no valor mínimo de cinco por cento do bem.
- (D) localizado o proprietário, o descobridor fará jus, no mínimo, à metade do valor do bem, qualquer que seja a sua natureza.

72. Os frutos civis vencidos quando do início do usufruto pertencem ao

- (A) proprietário.
- (B) usufrutuário.
- (C) proprietário e usufrutuário, em igualdade.
- (D) Estado.

73. As hipotecas de vias férreas serão registradas no(a)

- (A) Município da sede da empresa ferroviária.
- (B) Município do destino final da respectiva linha.
- (C) Município da estação inicial da respectiva linha.
- (D) Capital do Estado em que estiver sediada a linha, por tratar-se de concessão de serviço público.

74. Espécie de acessão em que sedimentos de rios lentamente se depositam à margem de um terreno, unindo-se à propriedade já existente, denomina-se

- (A) avulsão.
- (B) aluvião.
- (C) abandono de álveo.
- (D) formação de ilhas.

75. É cabível a nomeação à autoria

- (A) por quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, até ser proferida a sentença.
- (B) do proprietário ou do possuidor, por aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio.
- (C) do alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta.
- (D) do devedor, na ação em que o fiador for réu.

76. Contestada no curso do processo a assinatura de documento particular exibido por uma das partes, sem reconhecimento de firma por tabelião, o ônus da prova incumbe

- (A) à parte que contestou a assinatura.
- (B) à parte a quem o juiz atribuir o ônus de comprovar a autenticidade da assinatura.
- (C) à parte que produziu o documento.
- (D) ao autor quando se tratar de prova relativa a fato constitutivo do seu direito; ao réu quando se tratar de prova relativa a fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

77. João da Silva compra, por meio de escritura pública, imóvel de José dos Santos, situado na Comarca de Campinas, com pagamento à vista do preço. Após a lavratura da escritura de compra e venda e recebimento da posse pelo comprador, o imóvel é penhorado em execução de título executivo extrajudicial movida na Comarca de São Paulo contra o vendedor, o qual foi citado antes da venda e não tem outros bens suficientes para a satisfação do débito. O exequente não procedeu à averbação prevista no art. 615-A do CPC, nem o vendedor comunicou ao comprador a existência da execução.

De acordo com entendimento sumular do Superior Tribunal de Justiça,

- (A) não ocorreu fraude à execução, pois o seu reconhecimento depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.
- (B) não ocorreu fraude à execução, pois o seu reconhecimento depende da lavratura do auto ou termo de penhora do bem alienado, independente do respectivo registro, ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.
- (C) ocorreu fraude à execução, pois a escritura de compra e venda é posterior ao ajuizamento da execução.
- (D) ocorreu fraude à execução, pois a escritura de compra e venda é posterior à citação válida do executado.

78. Para satisfação do débito reconhecido no título executivo, não pode(m) ser penhorado(s)
- (A) os bens do sucessor do devedor a título singular, tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória.
  - (B) os bens do devedor, quando em poder de terceiros.
  - (C) a quantia depositada em caderneta de poupança até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos.
  - (D) o bem móvel que guarnece a residência do executado, quando a execução referir-se ao crédito concedido para a aquisição do próprio bem.
79. É possível a concessão de liminar para desocupação do imóvel locado em ação de despejo que tiver por fundamento o término do prazo de locação
- (A) não residencial, tendo sido proposta a ação em até 60 (sessenta) dias do termo ou do cumprimento de notificação comunicando o intento de retomada.
  - (B) residencial, tendo sido proposta a ação em até 60 (sessenta) dias do termo ou do cumprimento de notificação comunicando o intento de retomada.
  - (C) não residencial, tendo sido proposta a ação em até 30 (trinta) dias do termo ou do cumprimento de notificação comunicando o intento de retomada.
  - (D) residencial, tendo sido proposta a ação em até 30 (trinta) dias do termo ou do cumprimento de notificação comunicando o intento de retomada.
80. Nas ações coletivas previstas no Código de Defesa do Consumidor, de acordo com o art. 103 do mencionado estatuto, a sentença faz coisa julgada
- (A) *erga omnes*, na hipótese de interesses ou direitos coletivos, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas.
  - (B) *ultra partes*, na hipótese de interesses ou direitos individuais homogêneos, apenas no caso de procedência da ação.
  - (C) *ultra partes*, na hipótese de interesses ou direitos difusos, salvo improcedência por insuficiência de provas.
  - (D) *erga omnes*, na hipótese de interesses ou direitos individuais homogêneos, apenas no caso de procedência da ação, para beneficiar as vítimas e seus sucessores.
81. No tocante aos crimes quanto ao estado de filiação:
- I. são considerados atos criminosos a promoção no registro civil da inscrição de nascimento inexistente, o fato de dar parto alheio como próprio e, ainda, registrar como seu filho de outrem;
  - II. o ato de dar parto alheio como próprio pode ser considerado apenas infração administrativa, se reconhecido por sentença judicial que praticado por motivo de reconhecida nobreza;
  - III. o ato de promover no registro civil a inscrição de nascimento inexistente pode deixar de ser apenado, desde que reconhecido por sentença judicial que praticado por motivo de reconhecida nobreza.
- É correto o que se afirma apenas em
- (A) I.
  - (B) I e II.
  - (C) I e III.
  - (D) II e III.
82. O ato de atestar ou certificar falsamente fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem,
- (A) é considerado crime somente se praticado por delegados do serviço notarial e de registro.
  - (B) só pode ser considerado crime se praticado em razão de função pública.
  - (C) é considerado crime somente se praticado por delegados do serviço notarial de registro e seus subordinados.
  - (D) somente pode ser considerado crime se praticado em razão de função pública e se provada a ocorrência de prejuízo.
83. Funcionário público que tem crédito a ser exigido da Administração Pública e resolve apropriar-se do dinheiro público com o fim de compensação extrajudicial:
- (A) comete crime de peculato.
  - (B) não comete crime algum, em face da possibilidade de compensação administrativa de créditos e débitos, devendo, porém, prestar contas ao órgão devedor, obtendo autorização para a transação.
  - (C) comete crime de exercício arbitrário das próprias razões.
  - (D) comete crime de apropriação indébita.

84. É correto afirmar que

- (A) funcionário público que pratica crime no exercício da função pública, com violação de deveres a ela inerentes, com aplicação de pena igual ou superior a um ano e declaração expressa e motivada na sentença, está sujeito ao efeito extrapenal específico de perda do cargo, função pública ou mandato eletivo.
- (B) funcionário público que pratica crime no exercício da função pública, com violação de deveres a ela inerentes, com aplicação de pena igual ou superior a quatro anos, automaticamente, tem aplicado o efeito extrapenal específico de perda do cargo, função pública ou mandato eletivo, desde que haja sentença condenatória transitada em julgado.
- (C) é sempre aplicado, automaticamente, o efeito extrapenal específico de perda do cargo, função pública ou mandato eletivo, ao agente de crime praticado no exercício da função pública, além de tornar certa a obrigação de reparação do dano.
- (D) por ser efeito extrapenal genérico, a perda do cargo, função pública ou mandato eletivo decorre de qualquer condenação criminal e não precisa ser expressamente declarada na sentença, desde que praticado o crime por funcionário público.

85. Ocorre o “flagrante presumido” quando o agente

- (A) está cometendo a infração penal.
- (B) acaba de cometer a infração penal.
- (C) é perseguido, logo após a infração penal, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.
- (D) é encontrado, logo depois da infração penal, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

86. O recurso cabível contra a decisão ou sentença de homologação de laudo, no incidente de insanidade mental é o(a)

- (A) agravo.
- (B) recurso em sentido estrito.
- (C) apelação.
- (D) correição parcial.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

87. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), a autoridade judicial poderá determinar, liminarmente, medidas protetivas de urgência:

- I. de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público;
- II. que obrigam o agressor à prestação de alimentos provisórios ou provisórios;
- III. de suspensão das procações conferidas pelo agressor à ofendida;
- IV. de proibição temporária para celebração de contratos de locação de propriedade comum, salvo expressa autorização judicial.

São corretas apenas as afirmativas

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

88. Durante a execução da pena privativa de liberdade, ressalvada a hipótese de regime disciplinar diferenciado, é vedada(o)

- (A) a concessão de regalias.
- (B) a suspensão de direitos por mais de 30 dias.
- (C) o isolamento na própria cela.
- (D) a restrição de direitos.

## DIREITO COMERCIAL

89. A sociedade simples

- (A) constitui-se independentemente de qualquer formalidade.
- (B) constitui-se por escritura pública ou testamento, mediante aprovação do Ministério Público.
- (C) vincula-se, em regra, ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- (D) vincula-se, em regra, ao Registro Público de Empresas Mercantis.

90. O cheque, em princípio, admite

- (A) oposição de visto pelo sacado, aval e endosso.
- (B) aceite, aval e endosso.
- (C) aceite, oposição de visto pelo sacado e endosso.
- (D) aceite, oposição de visto pelo sacado e aval.

91. A nota promissória em que se não indique a época do pagamento é considerada
- (A) à vista.
  - (B) pagável em 1 (um) mês.
  - (C) pagável em 1 (um) ano.
  - (D) nula.
92. O protesto comum da duplicata é tirado
- (A) no domicílio do sacador.
  - (B) no domicílio do sacado.
  - (C) na praça de pagamento constante do título.
  - (D) na praça de pagamento constante do título ou no domicílio do sacado.
93. Incumbe ao Registro Público de Empresas Mercantis a matrícula, dentre outros, dos
- (A) leiloeiros, tradutores públicos, intérpretes comerciais e corretores de imóveis.
  - (B) tradutores públicos, intérpretes comerciais, corretores de imóveis, trapicheiros e administradores de armazéns gerais.
  - (C) leiloeiros, corretores de imóveis, trapicheiros e administradores de armazéns gerais.
  - (D) leiloeiros, tradutores públicos, intérpretes comerciais, trapicheiros e administradores de armazéns gerais.
94. No silêncio do contrato da sociedade limitada, os administradores podem praticar os atos pertinentes à gestão da sociedade. Não constituindo objeto social, a oneração ou a venda de bens imóveis depende
- (A) do consentimento de todos os sócios.
  - (B) da deliberação da maioria.
  - (C) da prévia dissolução da sociedade.
  - (D) de autorização judicial.
95. A indicação alternativa de lugar de pagamento na nota promissória é
- (A) facultada, tendo o portador direito de opção.
  - (B) vedada, sendo o título considerado nulo.
  - (C) considerada não escrita; o lugar onde o título foi passado considera-se como sendo o lugar do pagamento.
  - (D) considerada não escrita; o lugar designado ao lado do nome do subscritor considera-se como sendo o lugar do pagamento.

## CONHECIMENTOS GERAIS

96. O Renascimento foi um período da história que se notabilizou
- (A) por fazer a transição da Baixa para a Alta Idade Média, com novas formas de organização e produção.
  - (B) pelo aparecimento de grandes artistas, como Rembrandt, Van Gogh e Picasso.
  - (C) pela declaração de independência dos Estados Unidos da América.
  - (D) nenhuma das anteriores.
97. A crise econômica que atinge os Estados Unidos e a Europa tem origem na inadimplência do crédito imobiliário nos Estados Unidos e no uso de mecanismos financeiros heterodoxos pelo sistema bancário desses países. Como consequência, os países europeus com menor estabilidade fiscal tiveram um aumento no desemprego e no déficit público que ainda não foi resolvido.
- Observe que a questão tem duas partes e assinale a alternativa correta.
- (A) As duas proposições são erradas.
  - (B) As duas proposições são corretas.
  - (C) A primeira proposição é correta e a segunda errada.
  - (D) A primeira proposição é errada e a segunda é correta.
98. Em 13.05.1888, a Princesa Isabel, exercendo a Regência do Império, subscrevia importante legislação que colocava fim à escravidão no Brasil, denominada Lei Áurea. Antes disso, contudo, houve a promulgação de outros diplomas legislativos relacionados com o movimento abolicionista.
- Assinale a alternativa correta.
- (A) A Lei *Saraiva-Cotegipe*, de 28.09.1885, libertou os cativos acima de 55 anos; daí decorre ser um erro a designação de Lei dos Sexagenários, pela qual ficou conhecida.
  - (B) A Lei *Saraiva-Cotegipe*, de 28.09.1885, conhecida como Lei dos Sexagenários, libertou os cativos acima de 63 anos, desde que houvesse a concordância dos respectivos senhores.
  - (C) A concessão de liberdade aos filhos nascidos de mulher escrava, a partir de 28.09.1871, decorreu da promulgação da Lei Rio Branco ou do Ventre Livre.
  - (D) A concessão de liberdade aos filhos nascidos de mulher escrava, a partir de 28.09.1871, decorreu da promulgação da Lei Rui Barbosa ou do Ventre Livre.

99. Leia as afirmativas sobre microfilmagem e digitalização de documentos.

- I. Quando adotado o arquivamento de documentos sob a forma de microfilme ou em meio digital, o delegado manterá cópia de segurança em local diverso da sede da unidade do serviço.
- II. Se adotado sistema autorizado de microfilmagem, será dispensável o arquivamento dos documentos particulares, que poderão ser devolvidos aos interessados.
- III. Os documentos eletrônicos apresentados aos serviços de registros públicos ou por eles expedidos deverão atender aos requisitos da ICP-Brasil e à arquitetura e-PING.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.

100. Sobre certificação digital, pode ser afirmado que:

- I. o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI – é uma autarquia federal vinculada à Casa Civil da Presidência da República, responsável por manter a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil;
- II. o Instituto Nacional de Tecnologia (INT) é uma autarquia federal vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), responsável por manter a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil;
- III. a Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil é a primeira autoridade da cadeia de certificação. É executora das Políticas de Certificados e normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil. Compete à AC-Raiz emitir, expedir, distribuir, revogar e gerenciar os certificados das autoridades certificadoras de nível imediatamente subsequente ao seu;
- IV. a assinatura digital com certificado no padrão ICP-Brasil está baseada em sistema de criptografia assimétrico, apoiado em tecnologia de chaves públicas, constituído de um par de chaves, uma privada e outra pública, que se atribuem de maneira biunívoca e que garantem a autoria e a integridade do conteúdo do arquivo eletrônico assinado digitalmente pela chave privada do autor da assinatura.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

